

SVIDERCOSCHI, Gian Carlo: *In cerca del Padre. Un “posto” per Dio nel mondo di oggi.* Milano: Edizioni San Paolo, 2005. 128 pp., 21,5 X 14 cm. ISBN 88-215-5486-4.

O A. é um jornalista que cobre os fatos religiosos do mundo e do Vaticano já há quase meio século. Ocupou cargo de direção no jornal *Osservatore Romano* e colaborou com João Paulo II na realização de *Dono e Mistero* (LEV 1996).

A proposta do livro é aprofundar a reflexão sobre a crise da “morte de Deus Pai” na sociedade de hoje. Inicia descrevendo a triste saga da cultura tradicional, antes marcada pela presença de Deus Pai e que vê o seu desaparecimento. Entra em crise também a figura do pai na família de modo que temos uma sociedade sem pai. Muitos fatores corroeram a figura do pai, reduzindo-lhe o papel na educação dos filhos. O A. faz remontar tal processo ao Renascimento ou mais recentemente aos tempos da Revolução Francesa que questionou o princípio de autoridade. Acentuou-se com o avançar da modernidade. E a crise da paternidade alcança muitos outros setores, começando pela família e alcançando o todo da sociedade. Neste contexto uma reflexão sobre a paternidade divina adquire relevância.

Depois da fúria da secularização até as raias do secularismo, explode a onda religiosa extremamente plural do fundamentalismo à Nova Era, da diversidade e número de seitas à religião individualizada. Trata-se de novo espaço sagrado. O caminho para a resposta a tal situação passa pela exigência radical de uma nova experiência de fé em Deus, Deus Pai. Empresa difícil, mas ocasião histórica única e irrepetível que não se pode perder.

O livro faz rápido percurso pelas diversas formas de ateísmo: científico, humanista, agnóstico, ideológico-político, psicanalítico. Quando o ateísmo militante chega ao auge, começa seu declínio. O dissenso religioso no império soviético o pôs em discussão. Mesmo que a queda do comunismo se deva a razões políticas e econômicas, estava também em jogo uma visão geral atéia. Agora ela também perdeu plausibilidade.

Mas aconteceu que as relíquias do ateísmo do Leste se misturaram com o secularismo consumista do Ocidente. E está aí o “homo indifferens” – a pessoa que não se interessa por Deus, mas não o combate nem rejeita. Prefere a existência superficial, voltada para os bens de consumo. L. Pareyson resume bem a atitude atéia atual:

“descobriu-se a comodidade da inexistência de Deus, que nos defende de todo incômodo ou angústia ou desespero”.

Estamos diante de uma cultura niilista. Não há grande diferença entre o bem e o mal. Interrompe-se a cadeia familiar e cultural da transmissão da fé. Daí crescente ignorância religiosa. Cabe à Igreja voltar a descobrir no coração humano as perguntas fundamentais da existência: qual o sentido da vida? E o do sofrimento e da morte? Qual o destino humano? Perguntas que a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* relembra. E o caminho é remeter a Deus como centro da própria vida e descobrir o rosto de Deus Pai revelado em Jesus Cristo.

O A. prossegue o itinerário do livro, sondando as pegadas de Deus. O nome de Deus: palavra mais pronunciada, mas também mais deturpada, falsificada. Carregada de ambigüidade. Passou do mistério à banalização do uso. Onde está Deus hoje? Silenciado na Constituição europeia. Perde a cor. Envolvido numa onda religiosa ambígua que, muitas vezes, o cristão não marca com nenhuma novidade real de vida. Como encontrar as pegadas de Deus? Perscrutar os sinais dos tempos, respondendo aos questionamentos dos homens e mulheres sobre o sentido da vida presente e futura e sobre seu relacionamento recíproco.

Um breve capítulo aborda a temática escatológica, desde as deturpações na pregação e ensino, passando pelo silêncio imposto pela atual mentalidade, até um voltar-se para a Trindade. Aí se encontra a chave de leitura correta do mistério da vida além da morte.

O ensinamento da catequese da fé e dos mandamentos, apesar da renovação, perdeu força de convicção. No fundo, trata-se da falta do reconhecimento e compreensão correta de Deus e de uma Igreja que o anuncie e não a si mesma. E dos momentos importantes de tal experiência é a missa dominical que sofreu enorme detrimento. Cabe encontrar formas novas para falar de Deus no coração da modernidade.

A oração entra em crise quando a fé em Deus vacila. Deixa-se de rezar quando se tem a impressão de que não há ninguém para ouvi-lo. De novo, o problema de Deus está no centro para compreender as eventualidades da oração. No entanto, as pessoas continuam rezando. Por isso, importa descobrir na oração o sentido de diálogo com Deus, ou pelo menos uma busca dele. O risco é de ela tornar-se um falar só consigo mesmo. O passo para a Transcendência é fundamental. Daí vem a relevância de voltar à oração de Jesus: o Pai Nosso.

O A. aborda o problema do corpo. Acena para as razões históricas da mudança da concepção bíblica do Gênese, do Cântico dos Cânticos, da prática libertadora de Jesus que valorizava o corpo para uma tradição sexofóbica. Esta começa a ser superada com o Concílio Vaticano II e com os ensinamentos de João Paulo II. Apesar disso, há ainda desencontro entre a doutrina da Igreja católica e a prática das pessoas, inclusive de católicos. Ao lado do acento sobre os pecados no campo da sexualidade, havia silêncio sobre os pecados sociais, ainda que tenha havido progresso na consciência social dos fiéis.

Um pequeno capítulo se ocupou das bem-aventuranças, como o retrato do rosto de Jesus e do programa para o justo do Novo Testamento. Elas nos fazem pensar, de maneira social e na linha da opção pelos pobres, no problema atual da pobreza no mundo.

Outro problema mundial é o diálogo inter-religioso. A experiência do Tsunami permitiu pequena amostra da possibilidade de muçulmanos, cristãos, hebreus, induístas, budistas trabalharem juntos para socorrer as vítimas, independentemente da confissão religiosa. Infelizmente, em outros momentos, as religiões guerrearam entre si. Hoje enfrentamos guerras e fobias diversas em relação a elas. No epicentro das discussões estão o islamismo e, em torno dele, outras formas religiosas. A oração de João Paulo II, em Assis, com os líderes de religiões mundiais, assinalou início de nova história que nos toca prosseguir.

As projeções estatísticas anunciam para dentro de 20 anos nova configuração do Cristianismo. 70% dos cristãos se concentrarão no hemisfério Sul. Não serão brancos, nem europeus, nem euro-americanos. Surgirão riquezas e problemas. Será uma sociedade multirreligiosa. Produzir-se-á profunda mudança na compreensão do ser humano de si mesmo, dos valores, do mundo, das relações com comportamentos diários diferentes. Revolução antropológica. E o papel da religião, das Igrejas cristãs aí?

A Igreja católica começou no Vaticano II maravilhosa transformação. A quarenta anos de distância, estamos diante de uma “revolução inconclusa”, que ficou no meio do caminho. Aí volta o A. à tese central do livro: será que isso não aconteceu porque se deixou na catequese de falar de Deus como Pai? Descuidando a ligação natural entre transcendência e imanência, metafísica e história, fé e razão, subvalorizou-se o modelo da paternidade divina para a missão da Igreja e para o amadurecimento cristão dos fiéis. O próprio Jesus talvez tenha tido o rosto humano privado da paternidade divina, portanto reduzido à dimensão terrestre. Cabe não se deter num Deus mágico, taumaturgo, imaginário, expressão cultural de religiosidade apenas percebida, mas voltar a Deus Pai que veio ao encontro do ser humano no Filho Jesus. O Deus, numa palavra, da parábola do filho pródigo.

É um livro de estilo testemunhal. Não traz nenhuma novidade nem aprofunda nenhuma questão, mas agita inúmeras perguntas pertinentes e importantes. Contém reflexões religiosas sensatas e bem conduzidas. Desperta as mentes para a problemática de Deus e oferece contribuições para a sua solução.

João Batista Libanio SJ

BLANK, Renold J.: *Ovelha ou protagonista?: A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2006. 168 pp., 21 X 13,5 cm. Col. Comunidade e Missão. ISBN 85-349-2474-0.

O A. é muito conhecido por suas publicações no campo da escatologia. Desta vez, Renold Blank nos oferece um livro de eclesiologia, de título sugestivo e conteúdo estimulante respeito ao engajamento dos leigos na missão da Igreja.

Compõe-se a obra de cinco capítulos, a saber: (I) “A tecno-metrópole informatizada e o seu produto mais recente: uma Igreja desafiada por um leigo que não é mais

leigo”; (II) “Os três obstáculos estruturais que se opõem a um verdadeiro protagonismo do leigo”; (III) “Análise estrutural e conjuntural das três exigências para um verdadeiro protagonismo do leigo”; (IV) “Obstáculos pessoais e estruturais que dificultam uma integração plena de todos os fiéis”; e (V) “O ideal de uma Igreja que no seu meio superou toda e qualquer dicotomia”. A classificação dos leigos em cinco categorias (estereótipos): ovelhas, consumidores, emancipados, resignados e revoltados (cf. p. 67) – se por um lado pode parecer simplista – por outro não deixa de provocar a nossa reflexão sobre o papel dos leigos na Igreja. É louvável o didatismo do livro, que se percebe claramente, entre outros aspectos, pela exibição de gráficos-síntese do conteúdo apresentado, o que o faz muito útil em grupos e/ou cursos de formação do laicato.

O grande mérito do A. é evocar o Concílio Vaticano II, bem com a Conferência de Santo Domingo (IV Celam), na qual se consagrou a expressão: “protagonismo dos leigos” (cf. pp. 33-36). Renold Blank faz bem em explicitar que as bases dogmáticas para a participação mais efetiva do leigo na Igreja já foram colocadas pelo Concílio (cf. pp. 54, 100, 149) e traduzidas em linguagem jurídica no Código de Direito Canônico (cf. pp. 36, 137): a advertência do A. insere-se no grande movimento de recepção do Concílio, tarefa em plena realização e sem prazo. Quanto ao papel do leigo na Igreja, o Vaticano II propõe um caminho promissor (p. 158) e, portanto, deve ser recebido por toda a Igreja. Os textos existem, ainda que infelizmente não tenham saído do papel... (cf. pp. 103, 141).

Blank chama a atenção para o fato de que a situação do laicato mudou, e mudou muito! Os leigos habitam hoje as chamadas “*tecno-metrópoles*” (cf. p. 8), cenário pouco ajustável às nossas tradicionais paróquias, de conformação rural (cf. pp. 14, 143). Tenha-se presente, a propósito, a informação histórica de que a paróquia, como hoje a conhecemos, foi concebida no século XIII, em âmbito europeu. É pertinente a discussão do A. no que diz respeito a uma necessária busca de modelo paroquial adequado às “*tecno-metrópoles*”: propõe ele um modelo, aliás já experimentado em diversas dioceses, da “*rede de células entrelaçadas*” (p. 145).

O A. insiste na necessária percepção dos sinais dos tempos já proposta por João XXIII quando da convocação do Concílio (cf. pp. 13, 31, 86). Ora, entre tais sinais há aquele de um novo modo de experiência do transcendente, por paradoxal que pareça, num mundo secularizado (cf. pp. 15, 18). Pois é aqui que deve atuar uma renovada pastoral urbana, suficientemente sensível e capaz de detectar os apelos que procedem de uma diversa situação do laicato (cf. p. 19), segundo a qual as “*ovelhas*”, que outrora se comportavam como tais, “*agora, rejeitam ser ovelhas*” (cf. p. 91).

É de se lamentar que as resistências a uma mudança quanto ao status do laicato na Igreja venham dos próprios leigos (cf. pp. 44, 127, 153, 157), o que é extremamente problemático quando nos vemos numa “*atual conjuntura de neoconservadorismo*” eclesial (cf. pp. 57, 71). Deplora-se, sobretudo, a incapacidade de os próprios leigos acolherem os sinais dos novos tempos evocados pelo ensinamento do Concílio Vaticano II (cf. pp. 31, 66). Ora, conceber um novo modelo de Igreja, mais leiga, implicaria a correção de sua presente configuração clerical (cf. pp. 49, 59), algo totalmente diverso da conquista de “*seguidores através do espetáculo de um grande show religioso*” (p. 76).

Gostaríamos de fazer algumas ressalvas ao texto. Parece-nos que o A. usa de modo ambíguo o termo “tradição” (cf. pp. 67, 92, 157, 159), de grande relevância para a eclesiologia; talvez o esteja confundindo com tradicionalismo. Ora, justamente a grande tradição eclesial foi evocada pelo Vaticano II quando este concílio propôs a categoria eclesiológica do Povo de Deus, fato que possibilitou a explicitação do papel do leigo na Igreja (cf. os documentos conciliares *Lumen Gentium*, *Dei Verbum*, *Apostolicam Actuositatem*, *Gaudium et Spes* etc.). Mudanças na Igreja só podem ocorrer como fidelidade criativa (ou criatividade fiel) à Tradição eclesial; do contrário, resultam em modismos artificiais, sem consistência. Ainda: o A. cita um dado levantado por uma pesquisa de opinião pública da *Folha de S. Paulo* em 1997, a saber: 26% dos católicos brasileiros crêem na infalibilidade do Papa (cf. p. 41). Ora, é necessário dizer que, respeito à “infalibilidade do Papa”, reina a mais completa desinformação do que ela vem a ser propriamente. Trata-se de um dogma enunciado pelo Concílio Vaticano I, e se refere à infalibilidade do magistério *solene* do Papa, em questões de fé e moral. Infelizmente, a compreensão corrente deste dogma é a de algo mágico, como se tudo que o Papa pensasse e dissesse estaria sob o estatuto da infalibilidade... No tocante a este tema, há pressupostos eclesiológicos que, aliás, foram muito bem expostos já pelo Concílio Vaticano I, bem como pelo Concílio Vaticano II. Mais. Pergunta-se, ainda, se não transparece no livro um contraste ingenuamente aceito entre os “males” da Igreja (cf. pp. 89-90) e as “virtudes” da sociedade pós-industrial, tais como “eficiência total” e “qualidade total” (cf. pp. 93, 95, 96). Ora, a Igreja é, antes de tudo, mistério de comunhão fundado na comunhão trinitária, e enquanto tal – *apesar da e na* fragilidade de seus membros (cf. 2Cor 4,7) – tem a missão de propagar os valores cristãos mesmo em meio às mazelas da sociedade pós-industrial (neoliberalismo econômico, com o resultante aprofundamento do abismo entre ricos e pobres; globalização, com a conseqüente supressão dos valores culturais locais; competitividade neurotizante no mundo do trabalho; abusos no uso dos recursos naturais etc.). Em todo o caso, o próprio A. reconhece que a Igreja “é capaz de também hoje ser a grande proposta alternativa para o futuro deste mundo” (p. 135).

Um reparo metodológico à página 154, nota 5: deveria ter sido citado o decreto *Christus Dominus*, e não a edição dos documentos conciliares (“Compêndio do Vaticano II”). Ainda: à página 158 menciona-se uma Const. Pastoral: trata-se obviamente da *Gaudium et Spes*, o que deveria ter sido explicitado.

O livro de Renold Blank consiste numa valiosa contribuição à necessária redescoberta da Igreja como Igreja Povo de Deus, na qual ocorra “a substituição de todo protagonismo pela fraternidade e pela colaboração” (p. 164). E é de se louvar a conclusão do livro com a menção ao Espírito Santo, pois somente a ação e a presença amorosas do Espírito podem transformar a Igreja, levando-a a recuperar e a viver a sua vocação original de comunhão de ministérios.

Paulo César Barros SJ

THEOBALD, Christoph / SAUGIER, Bernard / LEROY, Jean / LE MAIRE, Marc / GRÉSILLON, Dominique: *L'Univers n'est pas sourd. Pour un nouveau rapport sciences et foi*. Paris: Bayard, 2006. 388 pp., 20,5 X 14,8 cm. ISBN-10: 2-227-47568-4.

Esta é uma obra conjunta de um grupo de quatro pesquisadores cientistas – dois físicos e dois biólogos – e um teólogo, que se reúne cada mês, faz uns 20 anos, em Gif-sur-Yvette, para trabalhar as relações entre a fé cristã e a cultura científica.

A linguagem dos cientistas não é a dos teólogos. Foram necessárias muitas reuniões para que cada membro do grupo aceitasse a visão do outro e a assimilasse. Houve o esforço de apresentar uma visão unificada. Apesar de refletir várias vozes e estilos diferentes nos capítulos, a divergência não é essencial. Entre os extremos dos que imaginam que o *Big Bang* serve de prova da existência de Deus e dos que consideram o universo um absurdo e a inexistência de Deus a partir de dados científicos, o livro se situa no esforço do diálogo interdisciplinar e na afirmação da liberdade de dar sentido à nossa existência no universo.

O objetivo do livro é guiar o leitor nas questões que se põem sobre as origens e o destino do ser humano no universo. Na primeira parte, busca-se o que as ciências ensinam sobre as origens do universo (capítulo primeiro), do ser humano (capítulo segundo). O capítulo terceiro estuda as especificidades da humanidade e sua capacidade de modificar-se ela mesma por meio das técnicas e das regras de vida. As linhas principais da “grande narrativa”, trabalhada em várias obras, são abordadas aqui por duas razões essenciais. Ela é uma reconstituição e precisamos conhecer-lhe os métodos utilizados para fazê-la. Em seguida, levantam-se questões relevantes sobre nossas origens e sobre nosso futuro, num estudo de fronteira entre ciências, filosofia e teologia, exigindo exposição detalhada do assunto. Tais questões constituem o núcleo do livro que supõe reflexão calma e não apressada.

As questões de sentido são tratadas na 2ª parte. O texto começa, no capítulo quarto, com as três perguntas de Kant: Que posso saber? Que devo fazer? Que me é permitido esperar? Trata-se de reler a Kant hoje. Confronta as questões científicas com a questão do sentido. Estabelecem-se as possibilidades e os limites do conhecimento científico. Uma série de questões trata da cosmologia, em particular da teoria do *Big Bang* e do *Big Crunch* e da evolução. Um terceiro grupo de interrogações versa sobre a vida. E, em seguida, sobre a especificidade humana e o papel do ser humano no mundo.

O livro apresenta, no capítulo quinto, uma série de testemunhos de cientistas famosos – crentes, ateus ou agnósticos – sobre proposições de sentidos, seguidas de análise na perspectiva do método proposto no capítulo anterior. Os textos selecionados são de: Isaac Newton, Albert Einstein, Werner Heisenberg, Cl. Lévi-Strauss, Steven Weinberg, Jacques Monod, Pierre Teilhard de Chardin, Fritjof Capra, Trinh Xuan Thuan, Bernard d'Espagnat.

A terceira parte intenta responder às questões da primeira parte sobre as origens, com a ajuda da tradição cristã. Assim o capítulo sexto apresenta essa tradição entre outras para dar sentido à nossa existência. As narrações bíblicas da criação conduzem à ressurreição e esta permite ler a criação de maneira renovada. Analisa o

desígnio de Deus na criação através dos evangelhos e das epístolas de Paulo e apresenta a tradição cristã como cadeia ininterrompida, mas aberta, de pessoas que, em cada época, relêem as narrativas evangélicas e reinterpretam a intuição dos primeiros crentes, como os profetas e os sábios de Israel, Jesus e os seguidores. É uma abordagem devedora às ciências das religiões que não inclui necessariamente uma participação na tradição cristã.

O capítulo sétimo, intitulado “O sentido revelado”, ultrapassa o limiar da fé. Depois de recordar brevemente o que seja revelação, mostra como a fé na revelação modifica o olhar sobre o universo e permite tratar as questões das origens e do fim de modo que seja coerente tanto com a fé cristã quanto com os conhecimentos científicos atuais. A fé cristã não é nenhuma doutrina fixa, mas um peregrinar para dar sentido à nossa presença no universo.

Na diversidade dos escritores, aparece a unidade do processo. Tenta superar a estranheza entre tantos escritos científicos e linguagem bíblica. Para superá-la conduz o leitor por um método próprio.

Estabelece-se, de início, o procedimento científico de hoje do conhecimento, as regularidades ou leis que ele valoriza, os modelos que permite construir. Coloca entre parênteses o sujeito que o adquire. As leis se exprimem com a lógica e a racionalidade matemáticas. Os modelos são construções intelectuais unificadoras e relativamente eficazes.

Com a autonomia das leis naturais, dos cataclismos e dos acidentes, com os conflitos e massacres, em face da morte dos outros e da nossa, deve-se concluir pelo absurdo de dar sentido, origem e orientação à nossa vida? Estão aí em jogo interpretações. Na objetividade do conhecimento, o ser humano não recebe competência particular para falar de si mesmo.

Para falar de nós mesmos, devemos interrogar sobre a vida, sobre nossa vida individual, não no sentido biológico, mas enquanto capacidade de ser, de conhecer, de inovar. Ela tem algo de gratuito. Israel na perseguição de Antíoco Epifânio, ao ver os seus filhos perseguidos, se escandalizou. Tantos outros, como nós também, ficamos chocados diante de catástrofes fatais. No entanto, certos aceitam de receber a vida como dom e esperar vida nova. Nessa perspectiva aparece a ressurreição como último sentido da vida.

O livro passeia por campos das ciências, da filosofia e da teologia na busca de diálogo compreensivo entre eles. A teologia fecha o estudo, como na realidade ela o faz na vida, oferecendo-lhe o sentido último.

*João Batista Libanio SJ*

HATTRUP, Dieter: *Der Traum von der Weltformel oder Warum das Universum schweigt*. Freiburg / Basel / Wien: Herder, 2006. 296 pp., 22 X 14,5 cm. ISBN 13:978-3-451-28937-8.

O A. conjuga conhecimentos científicos e teológicos. Promoveu-se em Matemática, tendo também estudado Física. É professor de Teologia sistemática na Faculdade teológica de Paderborn, tendo feito habilitação em Teologia. A obra se divide em três nítidas partes. A primeira é dedicada ao Cosmos. Estuda a cosmologia do século XX. As imagens cosmológicas do mundo se sucederam desde a religião astrológica dos babilônios até a recente teoria do *Big Bang*. A busca da fórmula do mundo dura pelo menos 4.000 anos. Ora era eterno, ora tinha começo, ora tinha começo, mas não tinha fim. O primeiro capítulo detém-se na cosmologia do século XX. A finalidade da cosmologia é responder à pergunta: qual é a idade do mundo? As questões da explosão ou implosão do cosmos, matéria negra, vida no todo, curvatura do espaço, se o mundo teve começo são secundárias em relação à anterior e estão contidas nela. A dificuldade da pergunta vem de não podermos tomar distância do seu objeto. Não podemos ver o tempo de fora. E a pergunta acaba esbarrando na teologia, no criador. O mundo é mudo diante dessa pergunta, se o consideramos da perspectiva da física. Em estilo vivo e provocativo, o A. se pergunta e responde: o cosmos é firme ou se move? Qual sua idade? E o princípio antrópico?

O segundo capítulo põe em movimento a história na cosmologia. Na caminhada vitoriosa das ciências tinha-se como certa a validade ilimitada das leis da natureza formuladas conceitualmente em forma matemática. Era o orgulho da ciência do século XVI ao século XX. Começou lá com o giro copernicano com ampla repercussão sobre a própria imagem do homem de si mesmo. Giordano Bruno tira as conseqüências das teorias de Copérnico. Estudam-se também a figura de Nicolau de Cusa, o *affaire* Galileu Galilei em que o Card. Bellarmino joga papel importante. Em seguida, trata da Terra na sua originalidade. Hoje são poucos os que crêem num acontecer freqüente de inteligência no cosmos. Chegou-se a imaginar, há três, quatro ou cinco décadas, que a inteligência seria algo difundido amplamente no Universo. O passo seguinte aborda os temas do espírito e cérebro. Aí se implica a relação entre sujeito e objeto no mundo da ciência com repercussões científicas, filosóficas e teológicas. Acena às tentativas do neurobiólogo Liebet de medir a liberdade no cérebro, mas que terminaram no fracasso.

Da primeira parte, conclui-se que as ciências têm um preconceito, ao mesmo tempo frutuoso e falso, sobre o conhecimento do Universo. Podemos transformar toda realidade num objeto, inclusive o cosmos. Isso permitiu muitos conhecimentos. Mas trouxe também o autoengano na pesquisa.

A segunda parte do livro trata da experiência do limite: a liberdade. Dedicar-lhe dois capítulos. O primeiro se intitula: o pensamento no limite. Por que o pensamento científico exato na cosmologia termina em impasse? Por que se hesita responder à pergunta: qual é a idade do cosmos? Quando pergunto: que horas são? Olho para o relógio e vejo. E quando pergunto sobre a idade do cosmos, respondo: 13,7 bilhões de anos. Mas parte dele é mais jovem, parte mais velha. Em caso extremo, existem os fotões que não têm idade. São sem "massa estável" (Ruhemasse)



e não sabemos atribuir-lhes existência. Finalmente, o Universo poderia pulsar; neste caso teria um começo e um fim, no entanto, ao mesmo tempo, iria de eternidade para eternidade. Tais afirmações estranhas são, porém, fundamentadas cientificamente. O Universo tem a face de Proteu, em mudança. Por que os cientistas não se perguntam pela natureza do objeto da pesquisa que oscila tanto como pêndulo de um relógio? Depois de ter visto na 1ª parte as cosmologias de ontem e hoje, nessa segunda parte o A. se questiona se a pergunta pela idade do Universo tem sentido ou não. Ele sonda cinco pensadores – Sócrates, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Kant e C. F. von Weizsäcker – que disseram algo sobre o oscilar na cosmologia. Eles ajudam a ponderar o alcance dos conceitos cosmológicos. Desse passeio histórico, conclui que o conhecimento do limite do conceito acontece em todos os tempos e campos. Esquece-se isso, não por maldade, mas pelo impulso que não sabe que coisa é esquecer. Sócrates nos ensina que os conceitos não se ajustam totalmente às coisas; quanto mais geral ou individual ele é, menos se adapta. Santo Agostinho diz que o tempo não é uma grandeza objetiva, nem subjetiva; tem um caráter flutuante e liga sujeito e objeto. Tomás de Aquino afirma que a razão não capta os acontecimentos absolutamente singulares, mas só os que se repetem, que sucedem necessariamente e caem sob nosso olhar. Para Kant, o ser humano conhece sua finitude; somente onde uma objetivação por meio de um sujeito é possível, aí existem afirmações científicas. E para von Weizsäcker a cosmologia é uma moda, que não resolveu nenhum dos problemas conceituais; entretanto, ela é vista pelo público com esperanças messiânicas.

No capítulo quarto, o A. trata do alcance da ciência. Considera o nascimento do sujeito e do objeto no pensamento. A atitude fundamental do conhecimento é a de o sujeito descrever o objeto e ver-lhe o percurso no tempo. Com o conceito, o sujeito resolve a questão do tempo na lei da natureza, ao imobilizar o objeto no instante. O limite lhe vem com o acaso que destrói a regularidade do processo. O acaso é o limite do conceito e pertence à vida no mundo. Acaso e necessidade são os dois lados conhecíveis das pedras de construção no Universo. No entanto, o resultado da ciência é grande, mas não sem limite.

Ao recorrer à filosofia, buscou-se um conhecimento por meio de conceitos. Recorreu-se a grandes pensadores que aconselharam precaução ao falar do todo do Universo. Advertem para o limite do instrumental teórico e físico. Sem conceitos somos cegos, com conceitos condicionados. Eles não chegam à plena realidade, à coisa em si, diria Kant. Não se consegue apagar toda a subjetividade do conhecimento objetivo.

A terceira parte do livro volta-se para a condição de sujeito e pessoa do ser humano e de Deus. Podemos calcular exatamente o que na realidade se deixa tornar-se objeto. Somente do ser humano conhecemos o ser sujeito; só a partir de mim conheço uma vida interna. Em relação à totalidade do Universo, acontece que ela não é totalmente calculável e objetivável, daí não se poder ter uma idéia geral dela. Isso nos leva a uma teoria sobre a natureza e a criação, que nos permite reconhecer uma liberdade na natureza, não numa percepção direta, mas como possibilidade sob condições. A realidade da liberdade e a realidade de Deus, que é um criador pessoal, foram conhecidas pelo antigo Israel. Aí Deus se revelou, pela primeira vez, como um Ser que é livre e cria liberdade. A doutrina da criação se torna doutrina da redenção, quando ela se deixa conhecer com a morte simultaneamente

a Deus, o criador da vida. Tal conhecimento não se prova, é testemunhado na forma de redenção. Para tal objetivo existem alguns felizes e menos felizes exemplos da redenção.

O A. procurou responder à questão: que fazer com a realidade do Universo que não cabe nos nossos conceitos? Nós não podemos fazer nada, ela que faz algo conosco. O apreender a realidade gira no limite do ser apreendido. Em vez de “apreender” a realidade, sou eu que sou “apreendido” por ela. Ressoa São Boaventura: “Ao apreender, o conhecedor apreende o conhecido, e vice-versa, o conhecido apreende o conhecedor”.

Dois excursos enriquecem o livro: um sobre Goethe e o amor cósmico e outro sobre Einstein e o Deus pessoal.

Em conclusão, o livro nas três partes expôs três atitudes práticas diante da problemática do Cosmos: naturalismo, ética e religião. Quem só conhece a natureza e a pesquisa cientificamente, rejeita a Ética e a Religião. Quem identifica Deus com a natureza, admite que toda realidade é mensurável. Conhece no máximo uma Ética do naturalismo. Rejeita a liberdade, porque só reconhece em toda natureza processos determinados em andamento. Ética seria no máximo um programa de eficiência, que treina o cérebro para trabalhar melhor. Entretanto, Deus e natureza não são a mesma coisa. Natureza é aquela realidade que posso captar; Deus aquela que não o posso. Faz-se então o passo para a filosofia. Aí se levanta a verdadeira pergunta ética. Distingue-se entre verdade e interesse. Verdade é a capacidade de manter na vida a mim e aos outros, enquanto interesse é a forma atrofiada da verdade segundo a qual eu quero conservar na vida somente a mim mesmo. A descoberta da verdade conduz já ao passo seguinte teológico. Pois, a capacidade de conservar a vida para si e para os outros ultrapassa a força humana. Como ser um defensor, um samaritano universal da vida? Onde encontrar forças para isso? Aí entram Deus, religião, a fé.

Livro muito interessante. Bem escrito, em estilo vivo e provocador. Conduz o leitor pelo itinerário das ciências à religião com clareza e segurança. Vale a pena conferir e aproveitar dos amplos conhecimentos do A. no campo das ciências, filosofia e teologia.

*João Batista Libanio SJ*

CASALEGNO, Alberto: *“Perché contemplino la mia gloria”* (Gv 17,24): Introduzione alla teologia del Vangelo di Giovanni. Milano: San Paolo, 2006. 437 pp., 21 X 15 cm. ISBN 88-215-5675-1.

Alberto Casalegno SJ, antigo professor do ISI (hoje FAJE), de Belo Horizonte e atualmente professor na faculdade jesuíta de Teologia de Nápoles, Itália, com periódicas passagens pelo Brasil, brindou os alunos de teologia com uma prática introdução ao Evangelho segundo João. Mostrando grande erudição e mineiramente prudente, evita as teorias radicais e concentra toda a atenção nos indícios visíveis no próprio texto do evangelho. A dedicatória aos alunos italianos e brasileiros, com o texto tomado de Charles de Foucault, na p. 4, revela de entrada o caráter didático e espiritual de sua obra, que ajuda muito para ler o quarto evangelho com simplicidade pós-crítica.

A obra começa com as tradicionais questões introdutórias: conteúdo geral, coordenadas fundamentais para a análise, João e os sinópticos, organização do texto do evangelho, processo de formação, autoria. Depois, passa para as “perspectivas teológicas”: a releitura da memória de Jesus à luz da Páscoa, o Espírito, o processo contra a incredulidade do “mundo”, a dinâmica que leva do testemunho (a começar por João Batista) à fé, as grandes linhas cristológicas, a glória, enaltecimento e “hora” de Jesus, simbolismo e sinais, apresentação pormenorizada dos sinais do vinho, do pão, do cego, de Lázaro, a comunidade joanina, os temas do crer e do amar. Tudo isso em dezenove breves lições, correspondendo ao ritmo de um clássico curso para alunos de teologia ou outros interessados num estudo do evangelho em nível universitário. Nível universitário europeu, supondo certa prática da língua grega bíblica, porém não ao ponto de se tornar inacessível para o público brasileiro, já que as aulas ministradas no instituto regional de Formação Presbiteral em Belém do Pará serviram para a elaboração da obra. No fim aparecem os índices de citações e autores, bem como o índice analítico, tornando a obra ainda mais prática, de modo que possa ser consultada como comentário ao evangelho.

Mencionamos ainda que leva bastante em consideração as raízes judaicas e a exegese patrística, o que vem enriquecer consideravelmente as leituras vigentes, por vezes demasiadamente condicionadas pela crítica dos séculos XIX e XX. Mas também esta, o autor a conhece bem, especialmente a obra de R. Bultmann, à qual ele remete com notável bom senso.

Fazemos votos de que a obra seja em breve disponibilizada em tradução brasileira, como já foram traduzidas as obras do mesmo autor sobre Paulo, Lucas e os Atos dos Apóstolos (Ed. Loyola).

Johan Konings SJ